



RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.827.775,62	163.779,76	26.661.529,45	2.466,41
Poder Executivo	26.526.549,23	163.779,76	26.360.303,06	2.466,41
Poder Legislativo	301.226,39		301.226,39	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	131.001.704,86	38.621.008,04	67.617.430,74	24.763.266,08
Poder Executivo	130.553.623,04	38.585.568,58	67.220.287,38	24.747.767,08
Poder Legislativo	448.081,82	35.439,46	397.143,36	15.499,00
TOTAL	157.829.480,48	38.784.787,80	94.278.960,19	24.765.732,49

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	159.799.250,26	25%	22,53
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	138.610.688,67	70%	100,29

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	176.907.755,69	15%	25,34

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	1,91

Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo (Prefeitura Municipal, SAAE, IPMJ, FUNDAÇÃO CULTURAL, FUNDAÇÃO PRÓ-LAR e SRJ) e do Poder Legislativo (Câmara Municipal).

Celso Florêncio de Souza
Prefeito Municipal

Francisco José Monteiro
Supervisor de Unidade de Controladoria
de Finanças e Orçamento

Adriana de Azevedo Nogueira Preto
Supervisora de Unidade de Contabilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Palácio da Liberdade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 509/2025

Dispõe sobre a instituição do “Selo Empresa do Futuro” no âmbito da Câmara Municipal de Jacareí, destinado a reconhecer empresas que se destacarem em boas práticas de inovação, sustentabilidade, proteção de dados e responsabilidade social.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ** aprova e o seu Presidente, Vereador Paulo Luís Santos, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Jacareí, o “Selo Empresa do Futuro”, destinado a reconhecer empresas que desenvolvam boas práticas em:

- Inovação tecnológica ética e responsável;
- Sustentabilidade ambiental e uso consciente de recursos naturais;
- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados; e
- Responsabilidade social e contribuição comunitária efetiva.

Art. 2º O Selo será concedido anualmente no mês de maio pela Câmara Municipal, em Sessão Solene, de acordo com os seguintes níveis de reconhecimento:

- Bronze: empresas que atendam a pelo menos dois dos critérios previstos no art. 1º;
- Prata: empresas que atendam a três dos critérios; e
- Ouro: empresas que cumpram integralmente os quatro critérios estabelecidos.

Parágrafo único. Cada vereador poderá indicar, até o dia 1º de março de cada ano, uma empresa candidata ao Selo, acompanhada de justificativa.

Art. 3º As empresas reconhecidas serão contempladas com Diploma de Mérito “Empresa do Futuro” e poderão utilizar menção pública da homenagem em seus materiais institucionais.

Art. 4º O Cerimonial da Câmara Municipal de Jacareí adotará as providências necessárias à realização da Sessão Solene.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 19 de novembro de 2025.

PAULO LUÍS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Autoria do projeto: Vereador Juex Almeida.

RESOLUÇÃO Nº 756/2025

Altera a Resolução nº 745/2022 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí, nos termos que especifica.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ** APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR PAULO LUÍS SANTOS, PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º A Resolução nº 745/2022 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí passa a constar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 66-A. A chamada regimental das sessões será realizada, preferencialmente, através do login no sistema eletrônico de votação.
(.)

Art. 72. (.)

§ 7º A leitura na íntegra do trabalho legislativo somente ocorrerá caso